

A RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL E O PRINCÍPIO DO POLUIDOR-PAGADOR

Mardjiolaine Eberhart Figur¹
Jaqueline Schimanoski Machado Roberto²

RESUMO

A Constituição Federal de 1988 atribuiu grande importância ao meio ambiente. A responsabilidade civil é um dos princípios e instrumentos jurídicos que vincula o texto constitucional à proteção ambiental. A regra da responsabilidade civil deve ser compreendida junto ao conceito de responsabilidade civil ambiental. Jurisprudências foram colacionadas para exemplificar e dar força ao caso prático. Por fim, estudou-se o princípio Poluidor-Pagador, que justifica a responsabilidade objetiva integral. Legislação pertinente ao caso também é discutida. **Palavras Chave:** Responsabilidade Civil, Responsabilidade Civil Ambiental, Princípio Poluidor-Pagador.

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho visa desenvolver a regra da responsabilidade civil ambiental e o princípio que legitima esse tipo de responsabilização, dada a importância do meio ambiente e também a proteção que a carta constitucional de 1988 destinou ao meio natural.

Para isso, é importante compreender a regra da responsabilidade civil, bem como, desenvolver tópico próprio da responsabilidade civil ambiental. O que é a responsabilidade civil objetiva? Para exemplificar e dar força prática ao exposto, colacionou-se algumas jurisprudências e em seguida passou-se a estudar a responsabilidade civil objetiva integral, a qual não comporta excludentes de ilicitude, e por fim, estudou-se um pouco do princípio do Poluidor-Pagador, que é o que justifica a responsabilidade objetiva integral, juntamente com os artigos 225, parágrafo 3º da Constituição Federal, e 14, inciso IV da Lei 6.938-81 – que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e institui o Sistema Nacional do Meio Ambiente.

2 REGRA DA RESPONSABILIDADE CIVIL

No direito civil brasileiro, segundo o artigo 186 do Código Civil: “Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”.

1 Advogada. Pós-Graduada em Direito Público pela PUC/RS;

2 Advogada. Mestre em Direito pela UNIJUÍ. Professora de Direito do Instituto Federal Farroupilha, Campus de Frederico Westphalen e da URI São Luiz Gonzaga.

Do disposto no artigo, é explícito que a responsabilidade aquiliana que vigora em regra no direito brasileiro é a responsabilidade subjetiva, ou seja, aquela que somente responsabiliza o agente que cometeu o ilícito se este agiu ou deixou de agir com culpa, em suas três modalidades (negligência, imprudência ou imperícia).

A responsabilidade civil causa o dever de indenizar, conforme disposto no artigo 927 do Código Civil. Nesse sentido: Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Segundo Silvio Rodrigues mister se faz a existência do dano, a culpa do agente e a relação de causalidade entre o comportamento do agente e o dano suportado pela vítima.

3 RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL

A Carta Constitucional de 1988 deu o meio ambiente status constitucional, com um artigo para disciplinar sua proteção, o qual anteriormente era somente protegido por legislações infraconstitucionais. Essa inserção da proteção do meio ambiente na carta constitucional se dá devido ao viés programático e coletivo da nossa Constituição. Como também devido a proteção ambiental ter tomado um cenário de discussão internacional.

Devido a isso, a responsabilidade civil por danos ao meio ambiente é disciplinada no artigo 225, parágrafo 3º da Constituição Federal, que reza o seguinte: “As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados”.

Ainda, o artigo 14 da lei 6.938-81 dispõe o seguinte em seu § 1º - Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.

Nesse sentido, Luís Carlos de Moraes (2004, p.124-125) acentua a preocupação do legislador em culpabilizar o proprietário do imóvel, empresário ou empresa por infrações nos

respectivos locais, sem verificação da autoria e da culpa que são os elementos básicos de imputação, segundo suas palavras:

Na volúpia que se tem na proteção do meio ambiente e pelo alto número de rúbulas ambientais, disseminou-se a utilização da teoria da responsabilidade civil objetiva para punir por simples presunção a pessoa ligada à atividade ou propriedade onde ocorreu a infração ambiental. Desdobrando: é responsável o proprietário do imóvel, o empresário, a empresa, simplesmente por ter ocorrido alguma infração naquele local, sem que em nenhum momento se tenha havido preocupação de se estabelecer a autoria, a qual é elemento básico de imputação, pois a necessidade de averiguação da culpa é posterior a se encontrar o autor da conduta infracional.

Esclarecem Ana Maria Moreira Marchesan, Annelise Monteiro Steigleder e Sílvia Cappelli (2013, p.200) que trata-se de um regime de responsabilização objetivo, segundo o qual, todo aquele que desenvolve uma atividade passível de gerar riscos pra a saúde, para o meio ambiente ou para a incolumidade de terceiros, deverá responder pelo risco, não havendo necessidade de a vítima do dano ou legitimados para a propositura da ação civil pública provar culpa ou dolo agente.

Corroborando com o enunciado Fernanda Luiza Fontoura de Medeiros e Marcelo Hugo da Rocha (2009, p. 99) vê-se que o aludido diploma legal impôs ao poluidor o dever de indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente, independentemente da existência de culpa, consagrando a denominada responsabilidade civil objetiva, relacionada diretamente ao princípio do poluidor-pagador, fruto da preocupação mundial com a crescente degradação do meio ambiente.

Do exposto, percebe-se que a responsabilidade civil no dano ambiental é inversa a da regra no Direito Civil, pois diante da poluição não importa perquirir se o causador agiu com culpa ou não. Torna-se responsável, pelo simples fato de ter gerado o dano ambiental.

O bem jurídico protegido nesse sistema de responsabilidade é o meio ambiente, bem comum do povo, que deve ser protegido para as presentes e futuras gerações.

Para Medeiros e Rocha (2009, p.101) é relevante que se estabeleça, portanto, o conceito de dois importantes termos para compreendermos a estrutura da responsabilidade pelo dano ambiental no ordenamento jurídico brasileiro: poluição e dano. Paulo de Bessa Antunes apud Medeiros e Rocha (2009) define poluição como sendo, em sentido estrito, “uma alteração das

condições ambientais que deve ser compreendida negativamente, isto é, ela é capaz de alterar a ordem ambiental”.

Não existe previsão normativa de dano ambiental, então, a doutrina uníssona diz que é um conceito aberto, que depende de avaliação no caso concreto.

Ainda referente a conceituação de poluição e dano ambiental Jose Ricardo Alvarez Vianna, citado por Medeiros e Hugo da Rocha (2009, p. 102): “manifestações lesivas, degradadoras, poluidoras, perpetradas pelo homem ou decorrentes de atividades de risco exercidas por este perante o patrimônio ambiental (fauna, flora, água, ar, solo, recursos minerais), artificial ou construído (espaço urbano edificado e habitável), cultural (patrimônio histórico, artístico, estético, turístico e paisagístico), e do trabalho (normas de saúde e segurança do trabalhador) capazes de romper com o equilíbrio ecológico”.

Pelo exposto, o dano ambiental é qualquer dano causado pelo homem ao ambiente em geral, podendo ser considerando meio ambiente - todo o meio em que estamos inseridos, como o ar, a água, o solo, recursos naturais em si, como também o meio ambiente criado.

A responsabilização pelos danos ambientais é uma responsabilidade objetiva, submetida ao direito público.

Sobre o assunto, é farta a jurisprudência dos Tribunais Superiores no sentido de ser a responsabilidade ambiental objetiva, independente de culpa:

“DANO AMBIENTAL. CORTE DE ÁRVORES NATIVAS EM ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. (...) 2. A Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n. 6.938/81) adotou a sistemática da responsabilidade civil objetiva (art. 14, parágrafo 1o) e foi integralmente recepcionada pela ordem jurídica atual, de sorte que é irrelevante e impertinente a discussão da conduta do agente (culpa ou dolo) para atribuição do dever de indenizar. 3. A adoção pela lei da responsabilidade civil objetiva significou apreciável avanço no combate a devastação do meio ambiente, uma vez que, sob esse sistema, não se leva em conta, subjetivamente, a conduta do causador do dano, mas a ocorrência do resultado prejudicial ao homem e ao ambiente. Assim sendo, para que se observe a obrigatoriedade da reparação do dano é suficiente, apenas, que se demonstre o nexo

causal entre a lesão infligida ao meio ambiente e a ação ou omissão do responsável pelo dano. (...)”³

“AMBIENTAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. REALIZAÇÃO DE OBRAS EM MANGUEZAL. ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. RESPONSABILIDADE OBJETIVA AMBIENTAL. DEMOLIÇÃO. POSSIBILIDADE. APELAÇÃO IMPROVIDA (...)”³. A Política Nacional do Meio Ambiente, estabelecida pela Lei nº 6.931/81, **adotou a responsabilidade objetiva ambiental, tendo a Constituição de 1988, no art. 225, § 3º, considerado imprescindível a obrigação de reparação dos danos causados ao meio ambiente. A responsabilidade objetiva ambiental significa que quem danificar o ambiente tem o dever jurídico de repará-lo:** “Presente, pois, o binômio dano/reparação. Não se pergunta a razão da degradação para que haja o dever de indenizar e/ou reparar.” (Paulo Affonso Leme Machado, in *Direito Ambiental Brasileiro*, 15ª edição, Editora Malheiros, São Paulo, 2007, pág. 735) 4. Restou comprovado que a obra iniciada pelo apelante afetou área de preservação permanente consubstanciada nas restingas fixadoras dos manguezais existentes no local, fato admitido por ele próprio (...)”⁴

Para Marchaesan, Steigleder e Cappelli existem duas teorias na doutrina acerca da responsabilidade civil objetiva pelo dano ambiental, sendo elas: A Teoria do Risco Integral e a Teoria do Risco Criado.

Sendo a Teoria do Risco Integral, segundo o STJ: aquela que não admite excludentes de responsabilidade, pois apenas requer a ocorrência de resultado prejudicial ao homem e ao ambiente advinda de uma ação ou omissão do responsável.

Já a teoria do Risco Criado, procura vislumbrar, dentro todos os fatores de risco, apenas aquele que, por apresentar periculosidade, é efetivamente apto a gerar as situações lesivas, para fins de imposição de responsabilidade.

Em suma, a teoria do risco integral é aquela que não comporta excludentes de ilicitudes para a responsabilização, não se pergunta porque ou como ocorreu o dano, apenas que se ele

³ BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REsp 1.165.281/MG. Segunda Turma. Relator: Ministra Eliana Calmon. Sessão: 17/5/2010. Disponível em: < <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/9272128/recurso-especial-resp-1165281-mg-2009-0216966-6/inteiro-teor-14304448> >. Acesso em: 10 de set. de 2017.

⁴ BRASIL. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO. AC 11574 BA 2003.01.00.011574-1. Relator: Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida. Sessão de 29/02/2008. Disponível em: < <https://trf1.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/1020279/apelacao-civel-ac-11574-ba-20030100011574-1> >. Acesso em: 10 de set. de 2017.

ocorreu. A indenização é devida pelo simples fato de existir a atividade da qual adveio o prejuízo. Nem mesmo o caso fortuito e de força maior admitem ser admitidos como excludentes.

Para Marchaesan, Steigleder e Cappelli (2013) a adoção dessa teoria é justificada pelo âmbito de proteção outorgado pelo artigo 225 da Constituição Federal. Por ser turno, a Teoria do Risco Criado exige a demonstração da causa adequada para a produção do dano.

Diferenças entre ambas as teorias são apontadas por Marchaesan, Steigleder e Cappelli (2013).

(1) Teoria do Risco Integral: Existência da atividade é equiparada a causa do dano; Emprega a teoria da equivalência das condições para explicar o nexo causal; não admite excludentes.

(2) Teoria do Risco Criado: Busca a identificação da causa adequada a produção do dano, emprega a teoria da causalidade adequada; admite excludentes, como: fato externo, imprevisível e irresistível.

Na jurisprudência brasileira, predomina a tese de ser a responsabilidade objetiva integral no caso de danos ambientais, nesse sentido:

“DIREITO AMBIENTAL E PROCESSUAL CIVIL. DANO AMBIENTAL. LUCROS CESSANTES AMBIENTAL. **RESPONSABILIDADE OBJETIVA INTEGRAL**. DILAÇÃO PROBATÓRIA. INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO. CABIMENTO.1. A legislação de regência e os princípios jurídicos que devem nortear o raciocínio jurídico do julgador para a solução da lide encontram-se insculpidos não no código civilista brasileiro, mas sim no art. 225, § 3º, da CF e na Lei 6.938/81, art. 14, § 1º, **que adotou a teoria do risco integral, impondo ao poluidor ambiental responsabilidade objetiva integral. Isso implica o dever de reparar independentemente de a poluição causada ter-se dado em decorrência de ato ilícito ou não, não incidindo, nessa situação, nenhuma excludente de responsabilidade. Precedentes**.2. Demandas ambientais, tendo em vista respeitarem bem público de titularidade difusa, cujo direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é de natureza indisponível, com incidência de responsabilidade civil integral objetiva, implicam uma atuação jurisdicional de extrema complexidade.3. O Tribunal local, em face da complexidade probatória que envolve demanda ambiental, como é o caso, e diante da hipossuficiência técnica e financeira do autor, entendeu pela inversão do ônus da prova. Cabimento.4. A agravante, em seu arrazoadado, não deduz argumentação jurídica nova alguma capaz

de modificar a decisão ora agravada, que se mantém, na íntegra, por seus próprios fundamentos.5. Agravo regimental não provido.”⁵ (grifo nosso)

“CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA. VALOR DA CONDENAÇÃO EM DANOS MATERIAIS. SÚMULA N. 7/STJ. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. RESPONSABILIDADE CIVIL. PETROBRÁS. ROMPIMENTO DOPOLIDUTO "OLAPA" E VAZAMENTO DE ÓLEO COMBUSTÍVEL. DANO AMBIENTAL. **TEORIA DO RISCO INTEGRAL. RESPONSABILIDADE OBJETIVA.** PRECEDENTE DA SEGUNDA SEÇÃO, EM SEDE DE RECURSO REPETITIVO. ART. 543-C DO CPC. TERMO INICIAL. JUROS MORATÓRIOS. SÚMULA N. 54/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O acórdão de origem considerou possível o julgamento antecipado da lide, mencionando a extensão do acidente ambiental e as provas que confirmam a legitimidade do autor da ação, de modo que o exame do alegado cerceamento de defesa demandaria nova apreciação do conteúdo fático-probatório dos autos, procedimento que não se admite em recurso especial (Súmula n. 7/STJ).2. No presente caso, o acolhimento da pretensão recursal no tocante à diminuição da condenação a título de danos materiais exigiria o exame da extensão do prejuízo sofrido pelo recorrido, o que é vedado na instância especial.3. A fixação do quantum, em ação de indenização por danos morais e materiais, em valor inferior ao requerido não configura sucumbência recíproca, pois o montante deduzido na petição inicial é meramente estimativo.4. A tese contemplada no julgamento do REsp n. 1.114.398/PR (Relator Ministro SIDNEI BENETI, julgado em 8/2/2012, DJe 16/2/2012), sob o rito do art. 543-C do CPC, no tocante à **teoria do risco integral e da responsabilidade objetiva ínsita ao dano ambiental (arts. 225, § 3º, da CF e 14, § 1º, da Lei n. 6.938/1981), aplica-se perfeitamente à espécie, sendo irrelevante o questionamento sobre a diferença entre as excludentes de responsabilidade civil suscitadas na defesa de cada caso.** Precedentes.5. "Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual" (Súmula n. 54/STJ).6. Agravo regimental desprovido.”⁶ (grifo nosso).

Da Jurisprudência pátria, podemos perceber que o artigo 3º IV da Lei 6938-81, junto com o artigo 14, parágrafo 1º dessa mesma lei e o artigo 225, parágrafo 3º da Constituição Federal, vem embasando a teoria do risco integral no que diz respeito aos danos ambientais.

⁵ BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AgRg no REsp 1412664 SP 2011/0305364-9. Quarta Turma. Relator: Ministro Raul Araújo. Sessão de 11/02/2014. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/25017000/agravo-regimental-no-recurso-especial-agrg-no-resp-1412664-sp-2011-0305364-9-stj/inteiro-teor-25017001?ref=juris-tabs>>. Acesso em: 10 de set. de 2017.

⁶ BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AgRg no AREsp 258263 PR 2012/0243528-8. Quarta Turma. Relator: Ministro Antônio Carlos Ferreira. Sessão de 12/03/2013. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/23082759/agravo-regimental-no-agravo-em-recurso-especial-agrg-no-aresp-258263-pr-2012-0243528-8-stj/inteiro-teor-23082760?ref=juris-tabs>>. Acesso em: 10 de set. de 2017.

Do exposto, assinala-se que os pressupostos então para a responsabilização pelo dano ambiental são os seguintes:

- a) A atividade: que é o que vincula a determinação da autoria da degradação ambiental;
- b) O nexo de causalidade, que segundo Marchaesan, Steigleder e Cappelli⁷ (p. 225, 2013) “O nexo de causalidade é o fator aglutinante que permite que o risco se integre na unidade do ato que é fonte da obrigação de indenizar. É um elemento objetivo, pois alude a um vínculo externo entre o dano e o fato da pessoa ou da coisa”.
- c) Dano: segundo o artigo 3º da lei 6.938-81: Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por: I - degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente; III - poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente:a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;c) afetem desfavoravelmente a biota;d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

Demonstrando a necessidade dos requisitos supracitados na prática: a jurisprudência:

“PROCESSUAL CIVIL E AMBIENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. OMISSÃO SOBRE QUESTÕES ESSENCIAIS AO JULGAMENTO DA LIDE. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DEMONSTRAÇÃO DE NEXO DE CAUSALIDADE. CONDENAÇÃO SOLIDÁRIA. REQUISITO. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC CARACTERIZADA.

1. A responsabilidade civil objetiva por dano ambiental não exclui a comprovação da efetiva **ocorrência de dano e do nexo de causalidade com a conduta do agente**, pois estes são elementos essenciais ao reconhecimento do direito de reparação. Precedentes.(....)”⁸

⁷ Marchesan, Ana Maria Moreira; Annelise Monteiro Steigleder e Sílvia Cappelli. Direito Ambiental. 7. Ed- Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2013.

⁸ BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REsp 1378705 SC 2013/0092262-3. Segunda Turma. Relator: Ministra Eliana Calmon. Sessão: 3/10/2013. Disponível em:< <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/24352947/recurso-especial-resp-1378705-sc-2013-0092262-3-stj/certidao-de-julgamento-24352950>>. Acesso em: 10 de set. de 2017.

4 PRINCIPIO DO POLUIDOR-PAGADOR

Justificando a responsabilidade ambiental objetiva, tem-se o princípio do Poluidor-Pagador, que é aquele nos ensinamentos de Tiago Bitencourt de David (2011, p.34) prescreve que todo aquele que, em sentido amplíssimo, se vale de recursos naturais, alterando o meio ambiente em qualquer forma, seja mediante a utilização, seja mediante danos causados ao meio ambiente, deve restaurar a situação anterior mediante qualquer medida que reintegre ao bem jurídico ambiental aquilo que foi diminuído.

Em suma, os custos da poluição devem ser suportados pela pessoa causadora da poluição.

Dando força ao entendimento Marcelo Abelha (2015) o princípio poluidor-pagador, diz respeito à proteção da qualidade do bem ambiental, mediante a verificação prévia da possibilidade ou não de internalização de custos ambientais no preço do produto, até um patamar que não justifique economicamente a sua produção, ou que estimule a promoção ou a adoção de tecnologias limpas que não degradem a qualidade ambiental.

Sendo o uso do meio ambiente oneroso, justamente por ser o meio ambiente um bem público de uso comum do povo.

Para Wellington Pacheco Barros (2008) o conceito de poluidor não se limita ao autor direto do dano ambiental, mas a todos que, mesmo de forma indireta, tenham contribuído para prática do dano, inclusive o Poder Público.

Do citado, verifica-se diretamente a ligação desse princípio com a responsabilidade objetiva integral, pois todo aquele que usa o meio ambiente de forma a degrada-lo, ou que possa expor ele a degradação devido a sua atividade, tem a responsabilidade de arcar com esses custos, pois o meio ambiente é um bem de todos que deve ser preservado para as presentes e futuras gerações. Nesse viés, jurisprudência nacional:

“PROCESSUAL CIVIL. PROCESSO COLETIVO. DIREITO AMBIENTAL. DIREITOS DIFUSOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. GARANTIA DE EXECUÇÃO FUTURA. POSSIBILIDADE. DIREITO FUNDAMENTAL DA COLETIVIDADE A MEIO AMBIENTE EQUILIBRADO. **PRÍNCIPIO DO POLUIDOR-PAGADOR.** SUBSTITUIÇÃO DE BLOQUEIO DE CRÉDITO EM DINHEIRO POR SEGURO-GARANTIA. POSSIBILIDADE. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO EM PARTE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS.1. A

controvérsia se refere à possibilidade de revogação de constrição determinada em decisão que antecipou os efeitos da tutela recursal em ação civil pública para reparação de danos ambientais difusos e individuais homogêneos.² Direito ambiental é matéria sensível, cujo objeto tem especial proteção constitucional, por ser interesse difuso, regido por uma série de princípios, **cuja finalidade precípua é proteção integral do meio ambiente (artigo 225, Constituição Federal).** O **texto constitucional** é bastante claro no sentido de que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito de todos. De outro lado, o constituinte, como meio de viabilizar o direito fundamental garantido, impôs como dever a toda a coletividade sua defesa e preservação.³ Cunhou-se o princípio do poluidor-pagador, transformado em regra legal no artigo 14, § 1º, da Lei nº 6.938/1981, que impõe ao poluidor, a indenização e a reparação dos danos causados ao meio ambiente, independentemente de culpa, entendendo-se por poluidor aquela pessoa física ou jurídica que direta ou indiretamente for responsável por atividade causadora de degradação ambiente (artigo 3º, inciso IV, Lei nº 6.938/1981), conceito legal de poluidor é suficientemente amplo para abarcar todo e qualquer empreendedor que produza danos ao meio ambiente.⁴ Por serem os corréus responsáveis solidários todos deverão ao fim, se condenados, arcar com os ônus da condenação, reparando e indenizando aquilo que não puder ser recuperado, além de indenizar os indivíduos que foram prejudicados por sua conduta. O Estado de São Paulo, o Município de Campinas e a Caixa não são fiadores ou avalistas do agravante, mas seus litisconsortes, de forma que, embora sejam solventes, nada obsta que se garanta a parte que será devida por ele.⁵ A possibilidade de apresentação de garantia bancária (fiança ou seguro) é cautela apta a garantir tanto o interesse da coletividade quanto o do próprio agravante, tendo em vista que, acaso condenado a reparar os danos ambientais eventualmente causados, poderá ser utilizada a garantia oferecida.⁶ Acolhidos os Embargos de declaração interpostos, para se determinar que a garantia oferecida observe, no que couber, a portaria da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional aplicável à espécie.⁷ Embargos de declaração prejudicados. Agravo de instrumento provido em parte.”⁹

Em síntese, verifica-se a importância desse princípio para a proteção ambiental, e novamente sinalando que esse justifica a responsabilidade objetiva e integral juntamente com o artigo 225, da Constituição Federal, artigo 14 da lei § 1º, da Lei nº 6.938/1981 e artigo 3º, inciso IV, Lei nº 6.938/1981.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do estudado, percebe-se que a responsabilidade civil ambiental é uma responsabilidade muito ampla, e que as pessoas que desenvolvem atividades que possam degradar ou poluir o

⁹ BRASIL. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO. AI 00225160420144030000 SP. Terceira Turma. Relator: Juíza Convocada Eliana Marcelo. Sessão 1/02/2017. Disponível em: <<https://trf-3.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/429268945/agravo-de-instrumento-ai-225160420144030000-sp>>. Acesso em: 10 de set. 2017.



meio ambiente precisam tomar todo o cuidado necessário para evitar o dano, uma vez que o dano sendo causado a responsabilidade é certa, uma vez que a responsabilidade objetiva integral, não comporta excludentes de ilicitude.

Essa é a forma mais ampla de responsabilidade civil existente no ordenamento jurídico brasileiro, se equiparando a responsabilidade civil por danos nucleares, dada a importância da proteção do meio ambiente, direito fundamental, porquanto, todos os cidadãos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, e esta deve ser preservado para as futuras gerações.

O princípio do poluidor-pagador é muito importante, pois conjugado com os artigos 225, parágrafo 3º e o artigo 14 § 1º, da Lei nº 6.938/1981, justifica a responsabilidade civil integral.

REFERÊNCIAS

- ABELHA, Marcelo. **Direito Ambiental**: Col. Esquematizado. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- BARROS, Wellington Pacheco. **Curso de direito ambiental**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 23 set. 2017.
- BRASIL, Lei n. 6.938 de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em 23 set. 2017.
- BRASIL, Lei n. 10.406 de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em 22 set. 2017.
- BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REsp 1.165.281/MG. Segunda Turma. Relator: Ministra Eliana Calmon. Sessão: 17/5/2010. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/9272128/recurso-especial-resp-1165281-mg-2009-0216966-6/inteiro-teor-14304448>>. Acesso em: 10 de set. de 2017.
- BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AgRg no REsp 1412664 SP 2011/0305364-9. Quarta Turma. Relator: Ministro Raul Araújo. Sessão de 11/02/2014. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/25017000/agravo-regimental-no-recurso-especial-agrg-no-resp-1412664-sp-2011-0305364-9-stj/inteiro-teor-25017001?ref=juris-tabs>>. Acesso em: 10 de set. de 2017.
- BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AgRg no AREsp 258263 PR 2012/0243528-8. Quarta Turma. Relator: Ministro Antônio Carlos Ferreira. Sessão de 12/03/2013 Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/23082759/agravo-regimental-no-agravo-em-recurso-especial-agrg-no-aresp-258263-pr-2012-0243528-8-stj/inteiro-teor-23082760?ref=juris-tabs>>. Acesso em: 10 de set. de 2017.
- BRASIL. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO. AC 11574 BA 2003.01.00.011574-1. Relator: Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida. Sessão de



29/02/2008. Disponível em: < <https://trf-1.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/1020279/apelacao-civel-ac-11574-ba-20030100011574-1>>. Acesso em: 10 de set. de 2017.

BRASIL. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3^o REGIÃO. AI 00225160420144030000 SP. Terceira Turma. Relator: Juíza Convocada Eliana Marcelo. Sessão 1/02/2017. Disponível em: <<https://trf-3.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/429268945/agravo-de-instrumento-ai-225160420144030000-sp>>. Acesso em: 10 de set. 2017.

DAVID, Tiago Bitencourt de. **Doutrina e prática do Direito Ambiental**. 2 ed. Sapucaia do Sul: Notadez-Datadez, 2011.

MARCHESAN, Ana Maria Moreira; STEIGLEDER, Annelise Monteiro Steigleder e CAPPELLI, Sílvia. **Direito Ambiental**. 7 ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2013.

MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de; ROCHA, Marcelo Hugo. **Como se preparar para o exame da Ordem**: 1^a fase: Ambiental. São Paulo: Forense. 2009.

MORAES, Luís Carlos de. **Curso de direito ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil - Responsabilidade Civil**. 20^a Ed. Coleção Direito Civil, São Paulo: Ed. Saraiva, 2003.